

Uma profissão em evolução: profissionais do informação no Brasil sob a ótica de Abbott - proposta de estudo

Suzana Pinheiro Machado Mueller

Introdução

O uso dos termos *profissões da informação* e *profissionais da informação* se tornou comum nas últimas décadas na literatura especializada, refletindo a compreensão de que, na realidade atual, os serviços de informação apresentam enorme complexidade, demandando mais que o trabalho isolado de qualquer profissão. Entretanto, o entendimento do significado exato dos termos não é claro em relação aos profissionais, trabalhos ou serviços a que se referem. Certamente há um consenso de que certas características mínimas são comuns a todos os chamados pro-

fissionais da informação, o que permite o uso da designação em diversos contextos, mas o entendimento parece depender de quem usa o termo e da audiência à qual se dirige. Em geral, parece haver consenso que entre os profissionais incluídos estão os bibliotecários, os arquivistas e os mestres e doutores formados nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação.

A literatura e a observação da realidade atual do mercado de trabalho mostram que os chamados profissionais da informação vêm passando por modificações no seu perfil e nas suas tarefas profissionais. Nos estudos que investigam a questão, o foco de atenção dos autores está centrado, em geral, no conceito de informação e suas implicações nas atividades profissionais e na questão da formação profissional. No entanto, o assunto implica também no entendimento dos conceitos de *profissão* e *profissionais* nas sociedades atuais.

Há várias abordagens teóricas para o estudo das profissões. Este texto pretende defender a escolha da visão proposta por Abbott (1988) sobre outras abordagens sociológicas que também estudam o tema, por entender que esse autor oferece um ângulo privilegiado para entender o processo de formação desse grupo profissional. Com base no modelo proposto por Abbott, o texto pretende levantar algumas questões sobre a emergência e evolução dos profissionais da informação no Brasil.

O estudo dos profissões

Há várias definições de profissão. O filósofo espanhol Ortega y Gasset, em seu famoso discurso aos bibliotecários em 1935, que ficou conhecido como *Missão dos Bibliotecários*, descreve como as profissões teriam surgido em nossa sociedade. Há um estágio em nossa cultura, diz Gasset, que aquilo que um indivíduo faz por que tem certo talento, porque gosta, porque tem necessidade de expressar uma vocação pessoal, se torna útil e importante para todo o seu grupo cultural.

Quando isso acontece, o trabalho desse indivíduo passa a preencher necessidades do grupo, e não mais a sua própria, e a sociedade passa a exigir que essa atividade seja feita de maneira tal que a sua necessidade seja satisfeita. Assim, segundo Gasset, teriam surgido as profissões. *Em seu* discurso, Gasset destaca o fato que para entender uma profissão, é necessário compreender a necessidade social a que ela serve, e que essa necessidade "[...] como tudo que é humano, não é fixa, mas essencialmente variável, mutante, em evolução - em uma palavra, histórica." (ORTEGA Y GASSET, 1935, p. 209).

A descrição de Gasset é simples e elegante. O campo de estudo das profissões, no entanto, é bem mais complexo do que sua explicação leva a entender, e tem produzido várias teorias que tentam explicar o processo de profissionalização e seu papel na sociedade. Não é a intenção deste texto revisar a literatura sobre as diversas correntes da sociologia das profissões, havendo, para tanto, extensa literatura.¹ Este texto está dividido em três partes. Inicialmente são feitas referências sucintas a autores que se preocuparam com o processo de profissionalização e que se julgou importante para o ângulo adotado. A seguir, será exposta a proposta de Abbott. E finalmente, os argumentos para o estudo do caso brasileiro.

A questão da profissionalização

Nos capítulos iniciais de seu estudo sobre o desenvolvimento das profissões no Brasil, Diniz (2001) fornece uma síntese do pensamento de alguns autores que têm estudado o assunto profissões. Começa citando os sociólogos funcionalistas americanos, entre eles Talcott Parsons, como os que, a partir da década de 1930, iniciaram, na sociologia americana, uma área de estudo das profissões. Os funcionalistas

¹ Veja por exemplo o capítulo introdutório de Abbott (1988), *The system of professions* ou os três primeiros capítulos de Diniz (2001) *Os Donos do saber*. Os dois autores incluem em obras bibliografias que citam os principais estudiosos do assunto.

se esforçaram para identificar atributos que pudessem caracterizar uma profissão - qualquer profissão - distinguindo-as das ocupações em geral². Embora haja variação de autor para autor, há bastante consenso entre eles e os atributos mais citados são, resumidamente, a presença de um corpo de conhecimento especializado, sistematizado e abstrato; a autonomia no exercício profissional; a capacidade de autorregulação; a existência de procedimentos de credenciamento; o exercício da autoridade sobre clientes; e a publicação de um código de ética. Além disso, os funcionalistas assumem como pressuposto que os profissionais são altruístas e trabalham para o bem comum e para a modernização da sociedade. Sua atuação profissional, por outro lado, deve ser recompensada materialmente e também pela atribuição de prestígio e status. (DINIZ, 2001).

Na busca pelo entendimento do processo de profissionalização, os teóricos buscaram reconhecer um padrão que fosse comum a todas as profissões. Por exemplo, Wilensky, bastante citado na literatura, constatou que havia uma ordem de "primeiros eventos", comum a maioria das profissões: primeiro, as pessoas que exercem determinado trabalho passam a dedicar-se a ele em tempo integral. Aí surge a necessidade de um treinamento mais formal, e se iniciam cursos com esse fim. Se isso ocorre fora da universidade, esses cursos logo procuram obter *status* acadêmico, filiando-se ou constituindo-se em departamentos universitários. Os cursos se tornam mais longos, o nível de estudo se aprofunda incluindo assuntos mais complexos, aumentando a base do conhecimento e elevando a qualidade dos serviços e o nível de compromisso pessoal dos membros do grupo com a área. Os cursos universitários proporcionam o surgimento de um corpo docente dedicado ao ensino e ao estudo, isto é, professores em tempo integral, cuja atuação contribuirá para o aumento de pesquisas - o corpo de conhecimento da área. O próximo está-

² No Brasil, na linguagem cotidiana, não se faz diferença entre profissão e ocupação. Espera-se que o texto esclareça a diferença que os estudiosos do tema costumam fazer. Entre outras características, profissão exige estudo em nível superior.

gio é a formação de uma associação profissional, que congregará os professores e os novos profissionais graduados. Em alguns casos, o aumento de conhecimento e reflexão sobre a área leva a uma mudança do nome da profissão e dos cursos, ao mesmo tempo em que aumenta o rigor visando excluir do exercício profissional praticantes não graduados nos cursos credenciados. Pode acontecer nesse estágio de desenvolvimento da nova área que fique mais evidente e forte a disputa com profissionais de outras áreas pelo mesmo mercado de trabalho. Nos países em que há reconhecimento oficial das profissões, o esforço para consegui-lo ocorre mais ou menos nesse período. Tendo atingido um certo grau de amadurecimento, a profissão publica um código de ética, no qual procura estabelecer regras de relacionamento entre pares, eliminar competição interna, impedir a prática pelos não credenciados e garantir a proteção de clientes. (ABBOTT 1988, p.10 ; DINIZ 2001, p.21)

As teorias propostas pelos funcionalistas foram alvo de críticas dos estudiosos que os sucederam. Segundo seus críticos, além de não oferecerem teorias ou explicações sobre a inclusão de atributos como elementos determinantes da condição de profissão e não tentarem estabelecer relação entre eles, também não se preocuparam em estabelecer critérios capazes de distinguir entre profissão e ocupação (não-profissão). Sobretudo, os funcionalistas foram criticados por não levarem em conta o contexto histórico e cultural em que as profissões se desenvolveram e por não considerarem, em suas propostas de entendimento do processo de profissionalização, aspectos ligados a reivindicações por poder.

Autores mais recentes têm adotado perspectiva baseada em concepções macro-históricas para estudar as profissões. Argumentam que a influência das condições sociais em que ocorrem os processos de profissionalização são determinantes para entender o processo de profissionalização e não apenas as características inerentes às ocupações mencionadas pelo funcionalistas. Essas características do contexto influenciaram os processos de profissionalização em cada país, produzindo diferenças tão grandes que, segundo Diniz, não é possível

aplicar a definição anglo-americana de profissão ao contexto europeu e vice-versa. Entre os atributos que caracterizam as profissões para os funcionalistas, está a capacidade de autonomia profissional, ou seja, de autogestão. Segundo a visão funcionalista, há incompatibilidade básica entre burocracia e profissões, porque as burocracias impedem autonomia profissional. Assim, funcionários públicos, sujeitos a hierarquias inerentes a suas organizações, não poderiam ser classificados como profissionais por não exercerem auto-gestão. Mas na Europa Continental, ao contrário dos Estados Unidos e Inglaterra, as profissões, inclusive engenharia, medicina e direito, se desenvolveram na administração pública e sob a tutela do Estado. (LARSON, 1977, apud DINIZ, 2001) Para os críticos do funcionalismo, autonomia profissional não é incompatível com estruturas burocráticas, pois essas não impedem independência nas decisões relacionadas ao desempenho profissional. A base da autonomia está, antes, no conhecimento que o profissional possui (DINIZ, 2001, p. 28) .

Diniz, examinando o desenvolvimento da engenharia e da economia no Brasil, observa que "as condições históricas em que se desenvolveu o projeto profissionalizante" dessas duas profissões "combinam traços do modelo anglo-americano e do modelo europeu continental, sobretudo quanto a intervenção reguladora do Estado." A autora considera o modelo brasileiro como "híbrido" (DINIZ, 2001, p.95), e sua observação parece ser relevante para o estudo de todas as profissões no Brasil.

A proposta de Abbott

Entre os autores modernos que têm estudado a questão profissional, Abbott (1988) oferece uma abordagem inovadora e interessante, que ressalta o contexto onde a profissão estudada existe, o conflito entre grupos profissionais e a disputa pelo poder. Nesta seção, sua teoria será apresentada de forma resumida, numa tentativa de enfatizar pontos

julgados mais significativos, contidos nos quatro primeiros capítulos de seu livro *The system of professions: an essay on the division on expert labor*, publicado em 1988³. A intenção é permitir o entendimento, em linhas gerais, do quadro referencial que Abbott propõe, para então considerar as profissões da informação.

A idéia central de Abbott está contida no próprio título de seu livro: ao invés do estudo de cada profissão isoladamente, como fizeram os funcionalistas, Abbott propõe que todas as profissões sejam consideradas integrantes de um mesmo sistema, dentro do qual competem por espaço e poder. Assim, o sistema formado pelas profissões tem como característica principal a interdependência. Cada profissão mantém domínio e controle sobre uma "jurisdição". Jurisdição é a relação entre a profissão e sua prática profissional, ou seja, o espaço de trabalho que é sua reserva de mercado na sociedade. As profissões estão em permanente disputa pelo domínio de uma jurisdição específica, tanto na realidade do mercado de trabalho local quanto em reivindicações nacionais. A história dessas disputas constitui, para Abbott, a verdadeira história das profissões.

Abbott resume a sua teoria explicando que cada profissão se dedica a um conjunto de tarefas profissionais às quais está ligada pelo que chama "[...] laços da jurisdição" (p.33). A resistência ou fragilidade desses laços são conseqüência da prática diária do trabalho profissional. Nenhum desses laços é absoluto ou permanente. As profissões interagem como em um sistema ecológico, no qual o que ocorre a um elemento afeta a todos. Há um número limitado de jurisdições no sistema, e as profissões estão sempre competindo para manter o domínio exclusivo daquelas que julgam corresponder à sua tarefa profissional. O sucesso de uma profissão depende tanto do seu próprio esforço quanto da capacidade de competir de suas rivais e da estrutura do sistema em dado momento. De tempos em tempos, forças externas ou internas ao sistema criam, extinguem ou remodelam as tarefas profissionais. O efeito dessas

³ Com exceção de autores explicitamente citados, todas as idéias desta seção tem origem em Abbott (1988), citado nas notas bibliográficas.

forças sobre o sistema é o desequilíbrio seguido de um período de disputa, cujo desfecho traz de novo o equilíbrio, mas agora com arranjo diferente na posição das profissões. Ou seja, forças sociais, presentes no contexto em que se situa o sistema exercem impacto em grupos profissionais específicos por meio da estrutura dentro da qual a profissão existe, e não diretamente sobre elas. Na proposta de Abbott, as profissões nunca são consideradas isoladamente, mas ele também não as agrupa em uma categoria única genericamente chamada de "as profissões", como faziam os funcionalistas. Todas existem em um sistema.

No modelo, idealmente, o domínio de uma jurisdição só pode ser exercido por um grupo profissional de cada vez: nem vários grupos profissionais conseguem exercer domínio sobre uma mesma jurisdição ao mesmo tempo e tampouco um único grupo consegue exercer domínio sobre um número elevado de jurisdições. Embora reconheça que essas limitações do modelo sejam artificiais e forcem a realidade, Abbott argumenta que a simplificação favorece a compreensão das relações entre as profissões no sistema (p.88). Argumenta que na realidade, em sua maioria, as jurisdições seriam de fato controladas por apenas um grupo profissional, e aquelas que dominam mais que uma, só conseguem manter-se no domínio por um período significativo quando essas jurisdições (tipos de trabalho) não apresentam diferenças substanciais entre si.

Domínio pressupõe controle. O domínio de uma jurisdição, no modelo da Abbott, envolve dois tipos de controle, social e cultural. O controle cultural é exercido no desempenho do trabalho profissional e legitimado por um corpo de conhecimento acadêmico enraizado em valores fundamentais, aceito pela sociedade. O controle social, por outro lado, é conquistado por meio das reivindicações que a profissão faz em três arenas: opinião pública, meios legais e mercado de trabalho. Tanto o controle cultural como o social refletem a exigência de exclusividade. A característica de exclusividade está na base da teoria proposta, pois são as lutas que ela gera que explicam como as profissões se formam. Nada impede, diz Abbott, que um grupo profissional funde uma associação nacional quando já houver outra, ofereça cursos, edite periódicos pro-

fissionais e estabeleça seu código de ética. Se a jurisdição almejada estiver ocupada, o único caminho para a posse é forçar a vaga pela disputa. No modelo, o sucesso de uma profissão só ocorre com a derrota da outra, e no processo da disputa todo o sistema pode ser afetado, deixando evidente a interdependência entre as profissões.

As investidas de um determinado grupo profissional para ocupação de vagas no sistema de profissões são estimuladas tanto por forças internas quanto externas ao sistema. O desejo de expansão de grupos profissionais já existentes ou a emergência de novos grupos dentro ou fora das profissões dominantes são exemplos de forças internas. O desenvolvimento da tecnologia, pressões oriundas de fatores sociais, econômicos, políticos, são exemplos de forças externas. Muitas vezes ocorre a combinação das duas situações, forças externas agindo sobre fatores internos, fazendo emergir novos grupos e situações.

O modelo se apoia no pressuposto que as profissões lutam pela exclusividade no domínio da jurisdição e um dos conceitos mais importantes do modelo é a vulnerabilidade, ou seu oposto, resistência, que cada profissão é capaz de desenvolver para defender-se dos ataques de suas rivais e manter a exclusividade. A seguir, o modelo será exposto de forma a mostrar a vulnerabilidade potencial inerente às profissões no sistema.

A natureza do trabalho profissional e a vulnerabilidade das profissões

O trabalho profissional se origina de necessidades sentidas por toda a sociedade, grupos dentro dela, ou indivíduos isolados (ABBOTT, 1988, p.35). O objetivo da ação profissional é dar soluções aos problemas que provocam aquelas necessidades.

No modelo de Abbott, a capacidade de resistência de uma profissão dominante a desafios de profissões rivais varia de acordo com a natureza de sua tarefa profissional, que por sua vez depende da natureza do problema (necessidade) social que a tarefa pretende atender. A natureza de uma tare-

fa profissional pode ser predominantemente objetiva ou subjetiva. As tarefas de natureza objetiva pretendem atender problemas oriundos de fatos da realidade ou da tecnologia. Abbott cita como exemplo a tarefa de administrar uma estação ferroviária. A natureza objetiva do problema vem de seu objeto, o trem, e a tarefa profissional é fazer o trem ir de um ponto a outro. Mas a tarefa de administrar a estação ferroviária inclui muitas outras ações, desde procedimentos burocráticos até ter motoristas para guiar os trens. Nos problemas de natureza objetiva, a solução permanece sempre dependente do objeto. Isto é, mesmo que todo o trabalho burocrático seja feito, isso não faz os trens saírem da estação. Ataques de profissões rivais - forças internas ao sistema - podem mudar a forma de gerência da estação e o discurso que a justifica, mas não o fato que os trens têm que ser dirigidos para saírem da estação. Acontecimentos externos ao sistema, no entanto, como a evolução da tecnologia tornando os trens e as estações obsoletas, podem influir sobre o objeto, mudando a concepção do problema. Ou seja, quanto mais objetiva é a natureza do seu problema central, mais resistente é a profissão a ataques internos e, ao mesmo tempo, suscetível aos fatores externos ao sistema.

Os problemas de natureza subjetiva, por outro lado, têm como característica não estarem ligados a objetos da realidade. Sua origem está na tradição cultural da sociedade onde ocorrem: são projeções da mente, impostas ou criadas por uma cultura específica. Uma tarefa profissional subjetiva não está sujeita aos limites oriundos do objeto. Abbott exemplifica citando o trabalho dos teólogos e dos compositores: o sentido da vida e a beleza de uma composição musical são conceitos impostos, crenças e construções culturais de sociedades específicas, não sujeitas a objetos da realidade que as limitem. São suscetíveis a interpretações baseadas na cultura, hábitos e tradições, geralmente arraigados no grupo social, não sujeitos a mudanças frequentes. As investidas contra profissões que lidam com problemas de natureza subjetiva geralmente partem de dentro do próprio sistema, de grupos rivais.

Nem sempre é fácil distinguir a natureza subjetiva da objetiva de um problema. Para exemplificar esse ponto, Abbott conta uma história interes-

sante. No início da industrialização dos Estados Unidos, século 19, o alcoolismo se tornou um problema social sério. Várias profissões tentaram resolvê-lo, numa sucessão que mostra a disputa por essa jurisdição, baseada em diferentes interpretações do problema central. Inicialmente, o alcoolismo foi considerado problema individual, moral e espiritual, e padres e pastores se impuseram como os profissionais adequados, mas não conseguiram resolvê-lo. Então os médicos reivindicaram para si o problema, dando-lhe nova interpretação, agora como problema biológico, substituindo condenação e perdão, que era o tratamento que os religiosos ofereciam, por tratamento médico. Ainda assim o alcoolismo permaneceu como um problema social sério. No final do século 19, emergiram outras interpretações, mas prevaleceu a que considerou o alcoolismo não apenas problema moral ou médico, mas legal, a ser resolvido por advogados e polícia, julgamento e prisão. Nesse período os psiquiatras também reivindicaram o tratamento de alcoólatras como sua tarefa, mas não tiveram sucesso. Em resumo, os profissionais que se consideraram capazes de lidar com alcoolismo (religiosos, médicos e psiquiatras) perderam para leigos (advogados e polícia) quando esses conseguiram impor sua interpretação do problema à sociedade, declarando alcoolismo problema social e político que poderia ser resolvido com legislação. Ao longo do processo de disputas mudou a concepção subjetiva do problema, mas o alcoolismo reteve sua qualidade objetiva, o consumo individual de álcool e suas conseqüências.

No modelo de Abbott existe uma relação significativa entre a vulnerabilidade das profissões e a natureza de seu problema profissional. Problemas de natureza objetiva são menos vulneráveis a ataques oriundos de dentro do sistema e mais sensíveis a fatores que vêm de fora do sistema, enquanto problemas de natureza subjetiva, que mexem com crenças e construções culturais, são mais suscetíveis a novas interpretações do problema profissional, propostas por grupos de dentro do sistema. O exemplo acima mostra ainda que as relações entre as naturezas objetivas e subjetivas de um problema profissional são difíceis de estabelecer. Alcoolismo foi considerado doença biológica, nervosa e mental, problema pessoal, delito moral, pecado. Foi também considerado um sofrimento causado pela sociedade, re-

sultante da pobreza decorrente da injustiça social e, portanto, não um problema individual. Todas essas interpretações, no entanto, estão limitadas pelas qualidades objetivas do problema, o consumo de individual de álcool.

Uma nova interpretação de um problema, especialmente se mal resolvido, respaldada em um corpo de conhecimento abstrato, é então uma forma de desafiar a profissão que domina o direito de resolvê-lo. Mas o teste final é a aceitação pública da reivindicação, que é baseada em resultados. Abbott nota ainda que nas reivindicações por jurisdição, as crenças bem sedimentadas de uma sociedade podem se comportar como qualidades objetivas, ainda que sejam subjetivas em sua natureza.

Características da prática profissional e a vulnerabilidade das profissões

A prática profissional também influi na vulnerabilidade das profissões, merecendo atenção detalhada. Para fins de análise, Abbott divide o trabalho profissional em três etapas: classificar o problema, refletir e argumentar sobre ele, e agir para solucioná-lo. Ou seja, diagnóstico, inferência e tratamento.

O diagnóstico se baseia na análise do problema e resulta na identificação de sintomas. O tratamento, com base nos sintomas, dá solução ao problema. A inferência é o ato intelectual que o profissional realiza para interpretar as informações coletadas na fase de diagnóstico, prescrever o tratamento adequado e prever possíveis resultados. As inferências que permitem o diagnóstico e o tratamento se baseiam em esquemas de classificação fundamentados no corpo de conhecimento desenvolvido pela área. Nas duas etapas, a tarefa de classificar e comparar é mais que um trabalho objetivo, pois se relaciona com as dimensões conceituais do conhecimento da profissão. A estabilidade da profissão dominante está diretamente relacionada com a clareza, rigor e lógica das definições subjetivas - conhecimento abstrato - que fundamentam o diagnóstico e o tratamento dos problemas.

Conhecimento abstrato

A existência de um corpo de conhecimento abstrato de características acadêmicas é condição que distingue profissão de ocupação. Esse corpo de conhecimento fundamenta o discurso ou retórica da profissão, orienta a formação dos seus futuros membros e fornece sustentação à prática. A construção desse corpo de conhecimento é responsabilidade de pesquisadores e professores que formam um segmento especial dentro da profissão. No sistema proposto por Abbott, o corpo de conhecimento abstrato é um constructo importante, porque formaliza as competências necessárias e permite que o grupo de praticantes reivindique *status* de profissão. A sociedade não credencia profissionais cujo trabalho não tem legitimidade cultural, isto é, cuja base conceitual ela não aceita. Apesar de suas características acadêmicas nem sempre torná-lo adequado para uso prático, a existência de um corpo de conhecimento abstrato é indispensável para todas as profissões, porque legitima o trabalho profissional.

Ao mesmo tempo em que fortalece a profissão, o corpo de conhecimento abstrato é também um ponto vulnerável na sua estrutura. Na luta pela jurisdição, uma profissão desafiante pode colocar em dúvida a interpretação dada ao problema pela profissão dominante e oferecer a sua como uma melhor solução, na tentativa de convencer a sociedade que é mais capaz de resolvê-lo, como no exemplo do alcoolismo. Logo, quando mais coeso e lógico for o corpo de conhecimento que dá sustentação a um grupo profissional, maior a resistência dessa profissão aos ataques de rivais. Quando esse corpo de conhecimento apresenta pouca consistência, quando uma área não consegue classificar e organizar o seu conhecimento segundo fundamentos aceitáveis pela sociedade, ela se torna frágil e particularmente vulnerável a ataques oriundos de grupos de dentro do sistema, interessados em sua tarefa profissional.

As lutas pelo jurisdição

Em última instância, é o reconhecimento pela sociedade que confere a uma profissão o domínio de uma jurisdição, vale dizer, direitos exclusivos de resolver determinados problemas sociais. Direitos exclusivos incluem, entre outros, monopólio da prática profissional e emprego, cobrança pelos serviços, auto regulação, controle sobre recrutamento e formação profissional de novos membros e certificação. Dois fatores contribuem para que o reconhecimento popular aconteça: resultados práticos (sucesso na resolução dos problemas) e crença no "discurso" do grupo profissional, isto é, na interpretação do problema que a profissão oferece.

Segundo Abbott, há pelo menos três arenas nas quais uma profissão deve reivindicar direitos de posse. Em cada uma delas há um público diferente a ser convencido: arena legal, que confere o direito de controle formal do trabalho; opinião pública, onde a profissão constrói e difunde a sua imagem pública, que poderá ser usada para pressionar o reconhecimento legal; e mercado de trabalho. Esta última arena tem características diferentes das demais e, às vezes, o que acontece na dia a dia do mercado de trabalho se choca com o que foi estabelecido nas esferas legais e pública.

O reconhecimento legal está sujeito às leis e hábitos do país onde a jurisdição existe. No exemplo citado por Abbott (1988) e Diniz (2001), as características de contexto nos Estados Unidos e Inglaterra e países da Europa Continental, produziram processos profissionalizantes diferentes que exigem ações diferentes na busca por reconhecimento legal. Como notou Diniz, o modelo brasileiro é híbrido, tendo sofrido influências dos países europeus, especialmente França e Alemanha, mas também dos Estados Unidos. Aqui, o reconhecimento legal é feito pelo Estado, e um grupo profissional emergente que deseje o *status* profissional, luta por legislação que defina seus direitos e obrigações como profissão e estabeleça seu direito legal exclusivo de lidar com determinados problemas. Ao contrário dos Estados Unidos, os profissionais brasileiros são formados em nível de graduação. Os cursos de pós-graduação con-

ferem prestígio e podem levar a promoções individuais, mas não certificam profissionais.

A construção de uma imagem pública favorável que renda vantagens para a profissão é uma tarefa que leva tempo para dar resultados, e uma vez no imaginário popular, qualquer mudança se processa muito lentamente. Abbott observa que as pessoas tendem a adotar estereótipos, simplificando a diversidade de papéis que de fato existe nas profissões. Na imaginação popular, todos os médicos, ou todos os engenheiros ou todos os bibliotecários são mais ou menos iguais. Se existem diferenças, são entre os estereótipos. A opinião pública também tende a reduzir a tarefa profissional ao seu objeto, ressaltando características objetivas e ignorando complexidades, tendência que pode ser explorada pela profissão desafiante para convencer a opinião pública de sua melhor adequação, por exemplo, oferecendo interpretação do problema que o reduz ao seu objeto.

Na prática diária do mercado de trabalho, a disputa pelo reconhecimento é bem diferente do que ocorre nas esferas da opinião pública e legal. As condições são diferentes se se trata de trabalho em organizações ou no mercado aberto - trabalho isolado, ou em pequenos grupos. O direito de exercer determinada tarefa profissional, especialmente em organizações, é estabelecido pela simples reivindicação, sem debates sobre a natureza objetiva ou subjetiva das tarefas.

Nas organizações, a divisão de trabalho entre as profissões é substituída pelas regras internas da organização. Há trabalho para ser feito e a questão básica é quem pode controlar e supervisionar o trabalho e quem está qualificado para fazer quais partes dele. Segundo Abbott, mais do que a descrição de responsabilidades específicas da profissão, há, nas organizações, negociações e hábitos, que se refletem em regras para situações específicas, revistas e renegociadas com frequência. Outra situação encontrada é a delegação de determinados serviços a paraprofissionais, forçando novos arranjos institucionais. Já no mercado aberto (fora das organizações), os limites entre jurisdições vizinhas ou profissões rivais são estabelecidos por regras práticas que estabelecem o que cada profissão faz ou não faz.

Acordos e ajustes no sistema

Embora o modelo da Abbott estabeleça o esquema ideal *uma profissão, uma jurisdição*, ele próprio nota que seu modelo não reflete inteiramente a realidade, e nem sempre uma disputa termina com o pleno domínio de um grupo. Resultados intermediários têm ocorrido, decorrentes de acordos entre as partes. Essas situações, segundo Abbott seriam transitórias, pois cada grupo continuaria sempre almejando o controle total e esperando oportunidade para tomá-lo.

Abbott cita cinco resultados intermediários quando o domínio total não é possível:

- as profissões em disputa chegam a um acordo em que uma se subordina a outra, ainda que a subordinação possa ser apenas intelectual e a prática, no mercado de trabalho, compartilhada;
- as profissões em disputa dividem a jurisdição em dois segmentos interdependentes;
- além de dividir controle da jurisdição em dois segmentos, as profissões chegam a um acordo e compartilham um terceiro;
- uma das profissões retém controle de decisão e consultoria sobre certos aspectos do trabalho;
- as profissões dividem a jurisdição não de acordo com a natureza do trabalho e seu conteúdo, mas de acordo com o tipo de cliente. (p.69)

Há uma diferença importante entre a alternativa que envolve clientes e as demais. Essas últimas necessitam e buscam apoio nas esferas públicas e legais. Os acordos por tipo de cliente, ao contrário, acontecem no mercado de trabalho, muitas vezes sem o conhecimento explícito da arena legal ou pública. Esse tipo de divisão seria decorrente do volume de demanda pelos serviços e da incapacidade do grupo profissional em atendê-la, por falta de números. A profissão dominante delega então a um outro grupo, profissional ou para profissional, parte do trabalho. O exemplo dado por Abbott é a divisão entre psiquiatras-psicólogos-assistentes sociais. Frequentemente, o critério de diferenciação entre clientes é seu poder

aquisitivo ou sua classe social, colocado em prática pela barreira do preço cobrado pelos serviços. A profissão mais poderosa retém os clientes que lhe dão maior prestígio e ganhos financeiros.

A estrutura interna dos profissões e os disputas pelo jurisdição

De acordo com Abbott, a estrutura interna das profissões também tem influência no equilíbrio do sistema. Há três aspectos principais a serem considerados: grupos, controles e locais de trabalho. Em qualquer profissão, é possível reconhecer uma certa hierarquia, com distribuição desigual de *status* e poder. É possível também reconhecer grupos dentro da profissão, unidos por interesses comuns. Alguns desses grupos podem ser tradicionais, talvez presentes desde a origem e responsáveis pela formação da profissão, outros podem ter se formado recentemente, unidos em torno um novo aspecto da tarefa profissional. Uma profissão madura costuma apresentar várias associações que congregam esses grupos específicos, cuja existência influi no domínio e extensão da jurisdição. Na medicina, por exemplo, existem as diversas especialidades médicas: na biblioteconomia brasileira, há grupo dos bibliotecários que trabalham em bibliotecas universitárias, com referência legislativa, bibliotecas digitais, entre outros.

Outro aspecto da organização interna das profissões, destacada por Abbott, são os seus mecanismos de controle sobre membros e trabalho. Cursos universitários de formação profissional, exames profissionais de certificação, (como, no Brasil, é feito pela Ordem dos Advogados do Brasil - OAB para certificar advogados) e a publicação de códigos de ética, permitem às profissões exercer controle sobre membros e também excluir os não membros. No Brasil, os conselhos profissionais federais e regionais exercem controle sobre mercados de trabalho.

Local de trabalho é outro aspecto relevante. Há muita variedade quanto ao local de trabalho e seu impacto na organização social interna

das profissões é evidente. Há locais que tendem a beneficiar certas profissões com domínio exclusivo. Hospitais, por exemplo, oferecem aos médicos o controle das decisões sobre o todo o trabalho que é realizado nas suas dependências, por eles próprios e pelas demais profissões e ocupações envolvidas no trabalho hospitalar. Abbott cita ainda grandes firmas de advocacia ou arquitetura como exemplos onde a organização permite que a profissão dominante exerça controle sobre todas as tarefas.

Em outros casos, o local de trabalho tem papel diferente. É o caso de profissões que nasceram ligadas a certas instituições e têm sido fortemente influenciadas por esse fato, como a biblioteconomia e o magistério de escola básica. Nessas, os objetivos do trabalho são em geral ditados por outros grupos, que detém controle sobre a instituição, e não a profissão que nela trabalha. São, de certa forma, profissões às quais faltam certos aspectos do poder. Bibliotecas, por exemplo, são mantidas por alguma instituição a qual servem. Em ainda outras profissões, predominam o trabalho solo (autônomo) ou em pequenos grupos. Em todas as profissões há ainda membros que não praticantes que se dedicam à construção do conhecimento acadêmico profissional. O local em que trabalham tem características diferentes dos demais: são as universidades e instituição de pesquisas, as editoras de revistas científicas e profissionais e outras organizações dessa natureza.

A estrutura interna da profissão interessa no modelo de Abbott porque quanto mais organizada, mais preparada estará para resistir a ataques de rivais e melhores as chances que têm de manter-se dominante no sistema.

A movimentação das profissões no modelo de Abbott

O modelo de Abbott tem como uma de suas principais características a exigência de exclusividade no domínio das jurisdições profissionais e no exercício dos controles culturais e legais. Como na sua concep-

ção de sistema só há um número limitado de vagas, cria-se uma situação de permanente conflito (real ou potencial) entre as profissões para ocupar cada vaga. Para exemplificar como ocorrem as disputas e resultantes acomodações no sistema, Abbott faz analogia com o processo de promoção no sistema de vagas: para que um indivíduo possa ser promovido é preciso que haja uma vaga vazia. Isto é, um funcionário só pode ser promovido se o ocupante da vaga for transferido, demitido, se aposenta ou morre, ou então, se vagas novas forem criadas. Mas existem diferenças significativas entre os dois modelos. O indivíduo tem que esperar que ocorra uma vaga no cargo que pleiteia, enquanto no sistema de profissões, se a posição desejada não estiver livre, a vacância pode ser criada à força pela profissão que a cobiça, com ataques dirigidos aos pontos vulneráveis da jurisdição. Tais ataques podem partir de grupos entrando no sistema pela primeira vez, ou grupos já existentes que procuram novas áreas de atuação.

Mudanças na ocupação de vagas inevitavelmente envolvem disputas entre profissões. Embora todas as profissões tenham como alvo final o domínio pleno e a exclusividade, Abbott admite, como foi visto, que há mais de um resultado possível. É possível também ocorrer disputa por apenas parte da jurisdição. Por exemplo, quando uma profissão dominante se expande e concentra seus esforços para ocupar novo espaço, pode se descuidar de regiões mais distantes de seu problema central, tomando-se vulnerável à invasão de outros grupos.

Em todas as disputas o resultado é fortemente influenciado por variáveis decorrentes de aspectos específicos do corpo de conhecimento que fundamenta a tarefa profissional, do contexto em que as disputas ocorrem e da organização interna das profissões em confronto. Essas variáveis também determinam como os efeitos da disputa se alastram afetando todo sistema ou parte dele até que ocorra nova acomodação. A extensão da cadeia de distúrbios e como ela se dissipa é outro ponto de interesse destacado por Abbott - às vezes termina na exclusão de toda uma profissão do sistema, às vezes de alguns grupos internos. Ainda outras vezes, os distúrbios são absorvidos pela própria profissão, com mudanças internas.

Os profissionais da informação no Brasil sob a ótica de Abbott

Tendo como referência o modelo de Abbott, propõe-se adotar o pressuposto que os profissionais da informação detêm hoje o domínio do que se convencionou chamar, de maneira ampla e imprecisa, "jurisdição da informação". A questão central é então identificar as características dessa jurisdição. Questões complementares podem então ser enunciadas, na tentativa de identificar a tarefa profissional central que caracteriza a jurisdição e o problema social que a origina; o compartilhamento das responsabilidades; fatores externos e internos ao sistema que provocaram a formação e ascensão do grupo e se ainda há fatores provocando distúrbios; a participação histórica de cada segmento na jurisdição; o relacionamento que seus membros mantêm entre si e com as demais profissões do sistema. E também, que tipo de domínio é exercido e por quem, qual a sua extensão, quais seus pontos mais vulneráveis e, se tem havido ataques, de que tipo são e de onde vêm. E ainda, quão eficientes têm sido suas reivindicações nas arenas legais, públicas e especialmente no mercado de trabalho. O exame dos principais fatos da história dos grupos que constituem os profissionais da informação pode revelar os dados necessários para responder as questões propostas. A intenção é compreender o momento atual e suas raízes e prever o futuro. Além disso, há farta literatura sobre a emergência, no Brasil, dos profissionais da informação e suas responsabilidades⁴. Os autores mais recentes costumam enfatizar o tema destacando os desafios enfrentados pela profissão face às mudanças que caracterizam a realidade atual e seu ambiente de trabalho, especialmente as provocadas pela tecnologia, globalização e demandas do mercado e o que se convencionou chamar de sociedade da informação. Seus trabalhos são fonte rica para a abordagem proposta por Abbott para o estudo das profissões.

⁴ Veja por exemplo e entre muitos outros: Baptista, Sofia Galvão 1988; Guimarães, J A C. 1997; Miranda, Antonio. 2003; Revista de Biblioteconomia de Brasília, 1999/2000.; Tarapanoff, Kira. 1997; Tarapanoff, Kira. 1999; Valentim, Marta Pomim (org). 2000.

Embora não haja consenso sobre todas as profissões que poderiam ser incluídas na designação *profissionais da informação*, poderíamos dizer que, no Brasil, bibliotecários, arquivistas e os mestres e doutores em ciência da informação formam o núcleo desse grupo. A biblioteconomia e a arquivologia apresentam perfil mais homogêneo que os pós-graduados, talvez porque os cursos em nível de graduação, no Brasil, tendem a adotar programas de ensino muito semelhantes, herança ainda da obrigatoriedade do currículo mínimo, e da descrição de tarefas que integram os textos que fundamentam o reconhecimento legal da profissão.

O relato de acontecimentos da história da cada grupo oferece um meio de identificar fatos relevantes para a aplicação do modelo. De uma forma muito seletiva e sucinta, isso será feito a seguir, para exemplificar como o modelo da Abbott poderia ser usado.

Os bibliotecários

A Biblioteconomia é a mais antiga e organizada dos três segmentos, tendo sido reconhecida como profissão de nível superior em 1962. Em sua trajetória é possível reconhecer todos os eventos que identificam uma profissão segundo os funcionalistas, incluindo o reconhecimento legal, cursos superiores, edição de periódicos, associação de classe, associações de grupos internos, construção de um conhecimento acadêmico próprio (sua literatura), promoção de eventos profissionais nacionais e regionais, auto-regulação e certificação. Sua origem universal é ligada a instituição biblioteca, o que lhe confere, segundo Abbott, características típicas, como imagem pública ligada à instituição biblioteca e poder limitado pelo organismo a que a biblioteca serve. A hipótese é que tenha sido, no Brasil, a profissão inicialmente dominante da "jurisdição da informação". Uma das primeiras questões poderia ser, então, se de fato houve esse domínio, como ocorreram as mudanças que a levaram, hoje a ser apenas um dos grupos na jurisdição.

Há indícios, na história, que na metade do século passado, forças de origem internacional tenham provocado acontecimentos dentro do cenário brasileiro com reflexos de longo alcance no sistema de profissões e na jurisdição que viria a ser da Biblioteconomia. No pós-guerra, a preocupação com a paz e democracia provocou a fundação da Liga das Nações, depois Organização das Nações Unidas, ONU e seu braço dedicado à educação, UNESCO. A ciência e a tecnologia haviam dado um salto durante a guerra e o conseqüente aumento no volume de produção conhecimento já preocupava não apenas aos que deveriam se manter atualizados, mas também aos responsáveis pela sua coleta, organização e conservação. A tecnologia estava emergindo como possível solução e já se vislumbrava o computador moderno, como atesta o Memex, de Vannevar Bush (1945) e as tentativas de microfilmagem.

Nessa época, a UNESCO, como parte do esforço para promover o desenvolvimento e a democracia no mundo pela informação e educação, contribuiu para a fundação no Brasil, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, IBBD em 1954. A fundação do IBBD trouxe para o país especialistas internacionais em documentação, que ajudaram a estruturar o Instituto e a iniciar o Curso de Documentação Científica, CDC. A hipótese é que esse curso, em nível de especialização para graduados, tenha trazido um novo discurso ao país sobre como tratar a informação, emanado dos princípios que levaram a própria fundação da ONU, pela noção do desenvolvimento da tecnologia e aumento em nível mundial da produção de informação científica.

O tratamento da informação, ou mais acuradamente, dos documentos, era jurisdição reivindicada pela Biblioteconomia, que nessa época ainda se encontrava em plena luta pelo reconhecimento como profissão de nível superior no país. O CDC, que funcionava no Rio de Janeiro, abriu as portas para pessoas com graduação em diversas áreas, coincidindo com o fechamento proposto pela Biblioteconomia. Mas parece ter havido convivência pacífica, talvez porque, naquela época, a Biblioteconomia não tivesse gente em número suficiente para ocupar toda a sua jurisdição e estava em fase de expansão, iniciando cursos de graduação para além do Rio de Janeiro e São

Paulo, em várias universidades federais. A ameaça (se houve) à hegemonia da Biblioteconomia só vai se concretizar mais tarde, com a instituição de um mestrado em Ciência da Informação, também patrocinado pelo IBBD em 1969. A emergência desse mestrado parece ter sido reflexo não apenas das forças externas já citadas - desenvolvimento crescente da tecnologia, o aumento da produção bibliográfica e maior contato com países mais desenvolvidos - mas também, da situação política e econômica brasileira dos anos 60 e 70, contexto em que se insere a Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior - CAPES e sua atuação como agente regulador e de fomento na nascente educação em nível de pós-graduação.

Aparentemente ao contrário das disputas previstas por Abbott, e também contrariando a tendência à disputa e separação verificada em outros países, a biblioteconomia brasileira parece ter acolhido as idéias da nova área ciência da informação, integrando o novo discurso ao seu próprio, e ainda tomando para si a iniciativa dos cursos de pós-graduação e da pesquisa, como atesta a fundação de uma sociedade de pesquisa nacional integrando as duas áreas. A fundação da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia, ANCIB, cujo primeiro encontro ocorreu em Belo Horizonte, em 1994, foi, na verdade, o resultado de uma ação iniciada bem antes, em reuniões periódicas entre coordenadores dos cursos de mestrado em biblioteconomia então existentes, que incluíam o coordenador do curso pioneiro de mestrado em ciência da informação do antigo IBBD, agora Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, IBICT. A mudança no nome do Instituto, que ocorreu em meados da década de 1970, poderia ser interpretada como resultado de forças externas atuantes sobre o sistema. A história do IBICT sob a ótica do sistema de profissões de Abbott é fonte potencialmente fértil para aumentar a compreensão da evolução das profissões da informação. O Instituto tem passado por inúmeras reformulações e redefinições de sua missão, refletindo o entendimento, ou falta desse, pela sociedade, seus diretores e autoridades a que esteve subordinado e talvez também a falta de consenso dos praticantes entre si e com intelectuais da área, da tarefa que os profissionais da informa-

ção reivindicam para si. A tese de Abbott, de que um corpo de conhecimento abstrato fraco e resultados não convincentes na solução dos problemas que reivindica abre brechas para ataques por grupos profissionais rivais, parece se aplicar na sucessão de programas adotados pelas diretorias do IBICT ao longo de sua história. Oferecendo à sociedade (ou autoridades) interpretação mais convincente para identificação e solução do que seria o problema/missão do Instituto, cada nova diretoria parece ter esvaziado e desacreditado a anterior, sendo também essa uma questão interessante a ser explorada.

As jurisdições tradicionalmente dominadas pela biblioteconomia têm sofrido um processo de mudança nos últimos 30 anos, aproximadamente, perceptível na maioria dos países onde essa área está estabelecida como profissão. Levantamentos recentes (BORGES FILHO, 2002; LEITE, 2002) feito na Internet, em páginas oficiais de escolas na Austrália, Reino Unido, Estados Unidos e Canadá, constataram que cursos de graduação e pós-graduação antes majoritariamente conhecidos pela designação *Library and Information Science* e pela sigla LIS, passaram por um processo de mudança em seus nomes. Em vários casos, o termo *Library* foi eliminado, substituído por expressões tais como *Management, Studies, Communication, Technology*. Os mesmos levantamentos constataram mudanças nos títulos e programas das disciplinas oferecidas por esses cursos. Embora os cursos examinados sejam, em sua maioria, oferecidos no nível de pós-graduação, pode-se comparar esses fatos com mudanças ocorridas nos cursos de graduação brasileiros, pelas diferenças nas estruturas do ensino profissional dos países. No Brasil ocorreram primeiro mudanças no nome dos departamentos universitários que abrigam os cursos de biblioteconomia, e mais recentemente, nos títulos dos próprios cursos, como por exemplo, bacharelados com títulos que evocam a gestão da informação (BORGES FILHO, 2002; LEITE, 2002). O fato parece apontar para nova interpretação do objeto central da profissão

Tomando como base o modelo de Abbott, caberia investigar se esses fatos podem ser identificados como reflexos de forças que atuaram

sobre o equilíbrio de poder no sistema, e se for o caso, qual a sua origem e efeito e como se deu acomodação no caso brasileiro. E ainda, se houve mudança na retórica (conhecimento abstrato) e interpretação do problema, e se haveria algum grupo que estaria impondo sua visão sobre os demais. Além da crença popular no discurso oficial acadêmico da profissão, são os resultados positivos na solução dos problemas que levam a sociedade a lhe conferir credibilidade, que por sua vez leva ao reconhecimento legal, o qual permite o controle do mercado de trabalho. Se está havendo mudança no nome e no domínio da jurisdição, teria havido falha nos resultados práticos, perda de confiabilidade no discurso, e emergência de nova interpretação do problema e da tarefa profissional? Ou teria havido uma outra motivação e forma de evolução?

Os arquivistas

Paralelamente à Biblioteconomia, a Arquivologia também vem se consolidando no país, passando por aquelas fases que, segundo os funcionalistas, marcam a trajetória das profissões. Foi reconhecida como profissão de nível superior em 1978. Seu desenvolvimento e afirmação como área independente, no entanto, parece estar sendo mais lento do que a Biblioteconomia, com quem parece competir em algumas áreas do mercado de trabalho. O levantamento de fatos de sua história no Brasil, inclusive correntes ou escolas de pensamento de origens diferentes, pode contribuir para o entendimento da parte que lhe cabe na jurisdição e papel que vem desempenhando como membro do grupo de profissionais da informação. Questões sobre suas origens e influências sofridas no Brasil, pontos de concordância e atrito de sua retórica entre seus próprios membros e com os demais profissionais da informação, presença no imaginário popular e no mercado de trabalho e até mesmo o número de formados em atuação e seu segmento acadêmico, são elementos que poderiam contribuir para percepção da questão geral aqui proposta.

Os pós-graduados

Os mestres e doutores em Ciência da Informação, que formam o terceiro grupo integrante do núcleo dos profissionais da informação, apresentam interesse especial, pelo nível de formação pós-graduado que permite liberdade e diversidade aos programas na escolha de áreas de concentração e linhas de pesquisa, e pela relativa novidade de sua presença no mercado do trabalho. A Biblioteconomia e a Arquivologia, talvez por serem profissões estabelecidas há mais tempo, são relativamente homogêneas em sua formação e com presença conhecida no mercado. O que intriga no grupo de pós-graduados é a variedade de perfis, interesses e áreas de atuação. O que atrai esses profissionais para a ciência da informação? Resultados de levantamentos recentes, mas ainda preliminares, sobre mestres e doutores já titulados no Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação mantido pela Universidade de Brasília, UnB, (BORGES 2003; JESUS 2003), apontam muita diversidade e tendências interessantes. Os levantamentos cobriram o período de 1978 a 2001, e mostram que desde o início dos cursos, o perfil dos estudantes vem sofrendo mudanças. Por exemplo, resultados por ano de matrícula dos que lograram se formar no período, mostram aumento irregular mas significativo na população masculina (JESUS 2003). A presença masculina tem sido maior, proporcionalmente, nos cursos de doutorado. O fato de haver presença masculina crescente desperta interesse porque a área de biblioteconomia, locus (departamentos universitários) em que os programas pós-graduados foram instalados, tem sido tradicionalmente feminina, com tudo que isso implica em nossa sociedade. As primeiras turmas, ainda tituladas como mestres em biblioteconomia, eram predominantemente femininas e formadas por bibliotecárias. O início do doutorado em ciência da informação na UnB em 1992 e a mudança no nome do curso de mestrado e título conferido, de biblioteconomia para ciência da informação, poucos anos depois, coincidem com a intensificação da presença masculina e não bibliotecária entre os estudantes. Esses dados podem ser indicadores de variáveis externas agindo sobre o sistema,

como o impacto de tecnologia e mudanças na economia com reflexos no mercado de trabalho, e talvez, do pouco prestígio do antigo nome, biblioteconomia. Percebe-se também a ação de forças internas, talvez decorrentes dos fatores externos citados, que vêm causando mudanças na interpretação da tarefa profissional e na escolha de temas de pesquisa. Essas percepções se confirmariam com um estudo sistemático, para UnB e para o país como um todo? O que ocorre no mercado de trabalho, arena em que, segundo Abbott, predominam negociações e hábitos, e na qual valem resultados mais que discursos?

Outro dado mostra a diversidade da origem (áreas de graduação) dos estudantes pós-graduados do Programa da UnB - na turma de 15 alunos que ingressou em 2003, havia três formados em Biblioteconomia, um em Arquivologia, um em Comunicação, um em Administração, dois em Economia (um deles também em engenharia), seis em Processamento de Dados/Informática/Computação, e um em Engenharia Eletrônica. Nos últimos anos registrou-se também um número significativo de alunos militares, com formação diversa. Tal variação não foi encontrada nos anos iniciais do curso, reforçando a noção de estar havendo processo de mudança nos conteúdos e diversificação no perfil dos profissionais da informação. Embora todos esses dados sejam pontuais e não suficientes para conclusões confiáveis, são indícios que devem ser investigados em nível nacional, pois contribuiriam para o entendimento da atual configuração dos profissionais da informação e equilíbrio entre os seus membros. Seria a predominância de alunos oriundos de cursos de Informática um fenômeno isolado desta turma de 2003 na UnB ou reflete um movimento mais amplo de aproximação desse grupo profissional (ou parte dele) em direção à Ciência da Informação? Há ameaças - para quem ou quê? - nessa aproximação?

Sob o aspecto do conhecimento abstrato, há indícios que a linguagem da informática vem se misturando à linguagem tradicional da Ciência da Informação, herdada em boa parte da Biblioteconomia. Às vezes conceitos da informática são trazidos e absorvidos pela Ciência da Informação, às vezes, conceitos já existentes são reformulados

sob nova ótica e, freqüentemente, conceitos antigos na área são renomeados com expressões vigentes na informática. Os citados levantamentos preliminares realizados na UnB também mostram que, no período estudado, os temas mais pesquisados em dissertações e teses foram os relacionados à gestão da informação e planejamento de sistemas em geral, superando pesquisas sobre temas tradicionais, tais como indexação ou comunicação científica. Por outro lado, e em ainda outro levantamento, os hábitos de consulta a fontes eletrônicas, possíveis indicadores de familiaridade com a tecnologia, revelados pelo exame das citações feitas em dissertações e teses de mestres e doutores formados no Programa da UnB a partir de 1999, se revelaram pouco diferentes entre autores formados em Biblioteconomia e seus colegas com formações em outras áreas, (DANTAS, 2003), tendendo, os primeiros, a citarem um pouco menos fontes eletrônicas e mais impressas. Entre alunos que trabalharam com orientadores diferentes, em linhas de pesquisas diferentes, a diferença também não é muito significativa. A percepção de estar havendo mudanças na interpretação do problema e da tarefa profissional e integração entre segmentos das duas áreas, parece encontrar respaldo nesses levantamentos, mas por serem dados precários e pontuais, são pouco significativos. Servem apenas para levantar questões que deveriam ser investigadas de maneira sistemática e rigorosa.

Especificamente, estudos sistemáticos poderiam esclarecer questões relacionadas ao corpo de conhecimento acadêmico, natureza da tarefa e problema profissional e reivindicações feitas pelos profissionais da informação. Por exemplo, a diversidade de formação básica que caracteriza professores e alunos dos cursos de pós-graduação, tem reflexo no corpo de conhecimento acadêmico que fundamenta o discurso e a prática profissional? A natureza multidisciplinar da área, tanto propalada, seria perceptível nessa diversidade ou apenas aglomeração sem integração? Uma questão de interesse seria verificar a evolução do discurso oficial comparando mudanças de interpretação com mudanças no perfil do grupo profissional.

A natureza do problema e tarefa profissional é outro foco de estudo promissor. Pelo modelo de Abbott, esse é um fator potencial de vulnerabilidade de uma profissão. Segundo a literatura, o parece ter havido, no discurso oficial, uma mudança de objeto central, de documento para informação. Documento pode ser visto como de natureza objetiva, sendo a sua aquisição, organização e preservação a tarefa central. Mas informação é conceito difícil de lidar, em que as duas naturezas, subjetivas e objetivas, parecem estar presentes de maneira significativa. Se necessidade de informação é interpretada como de natureza objetiva, sua susceptibilidade seria maior em relação a forças externas, que neste caso apontam para a tecnologia. Mas, ao mesmo tempo, o discurso que fundamenta a prática é bastante vulnerável a forças internas ao sistema, isto é, novas interpretações.

Finalmente, o estudo das reivindicações feitas pelos profissionais de informação nas três arenas, legal, pública e mercado de trabalho, pode revelar fatos e forças importantes no desenho do grupo e sua inter-relação. Como o estabelecido na arena legal afeta cada segmento? Há disputa interna? Qual a imagem popular dominante? Tende a estereótipos? A imagem popular tem contribuído para a afirmação do domínio ou o contrário? Diz a literatura que o mercado de trabalho, no mundo inteiro e em todas as áreas, tem estado em constante transformação por causa da tecnologia. Com que sucesso os profissionais da informação brasileiros vêm disputando e se adaptando a essa realidade, na qual, segundo Abbott, valem os resultados efetivamente obtidos, a negociação e a tradição?

Conclusões

Retomando a idéia central de Abbott, seu modelo pressupõe que em dado momento na história, forças externas agem sobre o sistema de profissões de um país afetando o equilíbrio interno, provocando um período de instabilidade e disputas cujo desfecho traz de volta o equilíbrio

mas com uma nova disposição no domínio das jurisdições do sistema (p.215). Nessa descrição, vale destacar o equilíbrio inicial, a ocorrência de fatos que levam ao desequilíbrio, disputas, e finalmente mudanças ou ajustes que restauram o equilíbrio do sistema, agora modificado. No modelo, a vida profissional está organizada segundo o controle real das tarefas profissionais. As tarefas propriamente ditas são definidas pelo corpo abstrato de conhecimento desenvolvido pela profissão. O controle sobre elas é estabelecido por meio de reivindicações dirigidas à sociedade em geral, pelo discurso legal, e nas negociações nos locais de trabalho. As reivindicações podem resultar em vários acordos que provocam situações de equilíbrio temporário no sistema, onde nada é permanente e o processo de competição é contínuo. Muitas variáveis exercem influência sobre as disputas, como por exemplo, organização interna das profissões, natureza da tarefa profissional, coerência do corpo de conhecimento abstrato e profissional. Considerados juntos, esses fatores podem explicar como as profissões se desenvolvem e a posição que ocupam no sistema de profissões.

Foi também aceito, como pressuposto, que está havendo mudança na jurisdição inicialmente dominada pela biblioteconomia, hoje aparentemente compartilhada por várias profissões, entre as quais a biblioteconomia, a arquivologia e os mestres e doutores em ciência da informação. Como está dividido o poder e o mercado de trabalho? Já existe uma bibliografia rica sobre vários aspectos da história, formação profissional, tarefas, responsabilidades, influências de tecnologia e contexto, e perspectivas para o futuro dos profissionais da informação no Brasil. Esses estudos podem fornecer os dados necessários para responder as perguntas que o modelo de Abbott sugere, abrindo novas perspectivas de entendimento do que parece ser um grupo profissional de múltiplos perfis e em plena evolução em nosso país.

Referências bibliográficas

- ABBOTT, Andrew. *The system of professions: an essay on the division of expert labor*. Chicago: The University of Chicago Press. 1988.
- BORGES, Sheila Gualberto. *Perfil dos profissionais da Informação*, Relatório parcial de pesquisa para o PIBIC. Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 2003.
- BORGES Filho, Wander Martins. *Biblioteconomia e ciência da informação na era digital - uma mesma profissão? Estudo sobre o perfil curricular dos cursos de graduação e pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Relatório de pesquisa para o PIBIC. Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 2001.
- BAPTISTA, Sofia Galvão. *Bibliotecário autônomo versus institucionalizado: carreira, mercado de trabalho e comprometimento organizacional*, Brasília, 1988, 234 p. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Departamento de Ciência da Informação e Documentação.
- BUSH, Vannevar. As we may think. *Atlantic Monthly*, v. 176, no. 1, .p. 101-108, 1945.
- DANTAS, Jefferson Higino. *O uso de fontes de informação eletrônica nas pesquisas científicas do CID/UnB (dissertações e teses) no período de 1999 a 2001*. Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Biblioteconomia para obtenção do grau de bacharel em biblioteconomia. Brasília, UnB, 2003.
- DINIZ, Marly. *Os donos do saber: profissões e monopólios profissionais*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- GUIMARÃES, J A C. Moderno profissional da informação: elementos para sua formação no Brasil. *Transição*, v. 9, p. 124-137, jan./abr. 1997.
- JESUS, Raquel Lemes de. *Estudo sobre o perfil dos egressos e dos pós-graduandos em ciência da informação*. Relatório parcial de pesquisa para o PIBIC. Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 2003.
- LEITE, Fernando César Lima. *Levantamento e análise das características dos cursos de graduação em biblioteconomia e ciência da informação*. Relatório parcial de pesquisa para o PIBIC. Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 2001.
- MIRANDA, Antonio. O Ensino de biblioteconomia no Brasil. In: Miranda, Antonio. *Ciência da Informação: teoria e metodologia de uma área em expansão*. Brasília: Thesaurus, 2003, p. 85-104.
- ORTEGA Y GASSET, José. *Mission del bibliotecário y outros ensaios afines*. 2.ed. Madrid: *Revista de Occidente*, 1967.

REVISTA DE BIBLIOTECONOMIA DE BRASÍLIA, volume 23/24, número especial, n.2,1999/2000. (número dedicado ao tema profissionais da informação).

TARAPANOFF, Kira. *Perfil do profissional da informação no Brasil* Diagnóstico de necessidades de treinamento e educação continuada. Brasília: IEL/DF, 1997.

TARAPANOFF, Kira. O profissional da informação e a sociedade de informação: desafios e oportunidades. *Transinformação*, v.11, p.27-38, jan./abr. 1999.

VALENTIM, Marta Pomim (org). *Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional*. São Paulo: Polis, 2000.